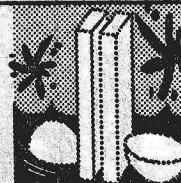


Verbas sociais eram desviadas para a ciranda financeira



Faculdade de Nova Iguaçu centralizava todo o dinheiro

CPI obtém no Rio provas contra Raunheitti

Orçamento

■ Relatório do TCU mostra que parlamentar e seus parentes são donos de 9 entidades beneficiadas pelo derrame de subvenções

O relatório que seis parlamentares da Subcomissão de Subvenções Sociais receberam ontem, na representação do TCU no Rio, compromete definitivamente o deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ), que deverá depor amanhã na CPI do Orçamento. O documento com as conclusões parciais sobre entidades fluminenses contempladas com verbas de subvenções do Ministério do Bem-Estar Social aponta a ligação direta do parlamentar e de parentes seus com pelo menos nove entidades, a maioria situada em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, que abocanharam US\$ 14,524 milhões, entre 1989 e 1992.

Os 22 auditores regionais do TCU, divididos em 11 equipes e ajudados por fiscais da Receita Federal, identificaram, em menos de uma semana de trabalho, uma série de irregularidades, entre as quais emissão de notas fiscais *frias*, desvio de finalidades, CGCs repetidos, lucro em instituições filantrópicas e concessão de bolsas de estudos a filhos de diretores das faculdades beneficiadas. Grande parte das verbas era repassada à Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu (Sesni), presidida por Fábio Gonçalves Raunheitti, filho do deputado.

As nove entidades onde o TCU descobriu ligações com Raunheitti são: Sesni, Hospital Escola São José, Instituto de Desenvolvimento Organizacional, Faculdade de Direito de Nova Iguaçu, Faculdade de Filosofia e Letras de Nova Iguaçu, Faculdade de Ciências Médicas de Nova Iguaçu, Sociedade de Proteção à Infância e à Maternidade de Mesquita, Sociedade Educacional Santa Rita e Sociedade de Proteção à Infância e à Maternidade de Bom Jesus de Itabapoana.

Segundo o coordenador da Sub-



Patrocínio (E), Vivaldo e Trade, membros da subcomissão, receberam do TCU informações que desvendam o esquema de corrupção na Baixada

comissão de Subvenções Sociais, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), as mesmas pessoas aparecem respondendo juridicamente por essas entidades. Fábio Gonçalves Raunheitti, o filho do deputado, é presidente do Sesni, do Hospital Escola São José e da Faculdade de Direito. Até os funcionários são os mesmos. Hélio Joaquim de Souza é contador do Sesni e das entidades de Mesquita e de Bom Jesus de Itabapoana.

Holding — Segundo o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ),

membro da subcomissão, Raunheitti incluía suas entidades na lista de pedidos de subvenção que o deputado João Alves (PPR-BA) enviava ao Ministério do Bem-Estar Social. O Sesni era uma espécie de *holding* que administrava o dinheiro. Além das subvenções destinadas diretamente (de 89 a 92 foram US\$ 1,7 milhão), o Sesni recebia repasses das outras oito entidades ligadas ao deputado. A prestação de contas, embora falha, nunca despertou interesse do ministério ou do TCU. O inspetor geral do TCU

no Rio, José Augusto Porto Neto, alegou que não havia pessoal para fazer a fiscalização. Sete notas fiscais, com valor aproximado de US\$ 400 mil, encontradas na prestação de contas de 91 da Faculdade de Direito de Nova Iguaçu são *frias*. Os CGCs são falsos. A Receita Federal descobriu o dinheiro das subvenções era aplicado no mercado financeiro e a prestação de contas feita meses depois, com o valor histórico.

O senador Garibaldi Alves deixou a sede regional do TCU dizendo

de-se impressionado com o fato de as entidades controladas por Raunheitti terem recebido um volume de verbas tão alto e durante tanto tempo, sem prestarem contas adequadamente. "É claro que esse sistema funciona com a omissão e colaboração de órgãos e pessoas do Executivo", disse. Estiveram também no TCU senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) e os deputados Nelson Trade (PTB-MT), Geovani Queiroz (PDT-PA) e Jandira Feghali (PC do B-RJ), todos da Subcomissão de Subvenções Sociais.